

#novaprevidência

**NOVA
PREVIDÊNCIA**

**É PARA
TODOS.**

**É MELHOR
PARA O
BRASIL.**

brasil.gov.br/novaprevidencia



Avaliação dos Impactos Fiscais da PEC 06/2019

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

► Modelo de Projeções Fiscais do RGPS: Aplicações

Desenvolvido e aperfeiçoado desde 2016, envolvendo técnicos dos seguintes órgãos:

- Secretaria de Previdência – SPREV
- Secretaria do Tesouro Nacional – STN
- Secretaria de Política Econômica – SPE
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Arcabouço metodológico segue padrões internacionais:

- Banco Mundial (Modelo Prost — *Pension Reform Options Simulation Tool kit*)
- Organização Internacional do Trabalho (ILO — *Pension Model*)

Modelo utilizado para projeções:

- Dos impactos fiscais de todas as versões da PEC 287/2016 e PEC 06/2019
 - Publicadas em documentos oficiais (PLDO, RREO, PLOA e PPA)
-

► Modelo de Projeções Fiscais do RGPS: Estrutura

Projeções por *coortes* populacionais (Idade, Sexo) ao longo do tempo

- não são utilizados dados individualizados

Dimensão operacional:

- cerca de 2.200 abas distribuídas 30 planilhas Excel vinculadas por módulos

Abrangência:

- Clientelas (Urbana e Rural) e Sexo (Homens e Mulheres)
- Aposentadorias (por Idade, por Tempo de Contribuição, por Invalidez)
- Pensões por Morte
- Auxílios (Doença, Reclusão, Acidente)
- Salário-Maternidade

Fontes de Informação: IBGE, PNAD e INSS

Descrição completa do modelo disponível em:

<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/politicas-de-previdencia-social/transparencia-nova-previdencia/>

Escopo – Benefícios e Clientelas

Benefícios Previdenciários

Aposentadorias

Idade	Usual (Apin)	Deficiente (Apid)		
Por TC	Usual (Atcn)	Deficiente (Atcd)	Professor (Atcp)	Especial (Atce)
Invalidez	(Ainv)			

Auxílios

Doença (Auxd)	Acidente (Auxa)	Reclusão (Auxr)
---------------	-----------------	-----------------

Salário Maternidade

(SalMat)

Pensões

(Pens)

Clientelas

RURAL

URBANA
PISO PREVIDENCIÁRIO

URBANA
ACIMA DO PISO

Benefícios Assistenciais

BPC/Loas Idoso (LoasIdo) Deficiente (LoasDef)

RMV Idade (RmvIda) Invalidez(RmvInv)

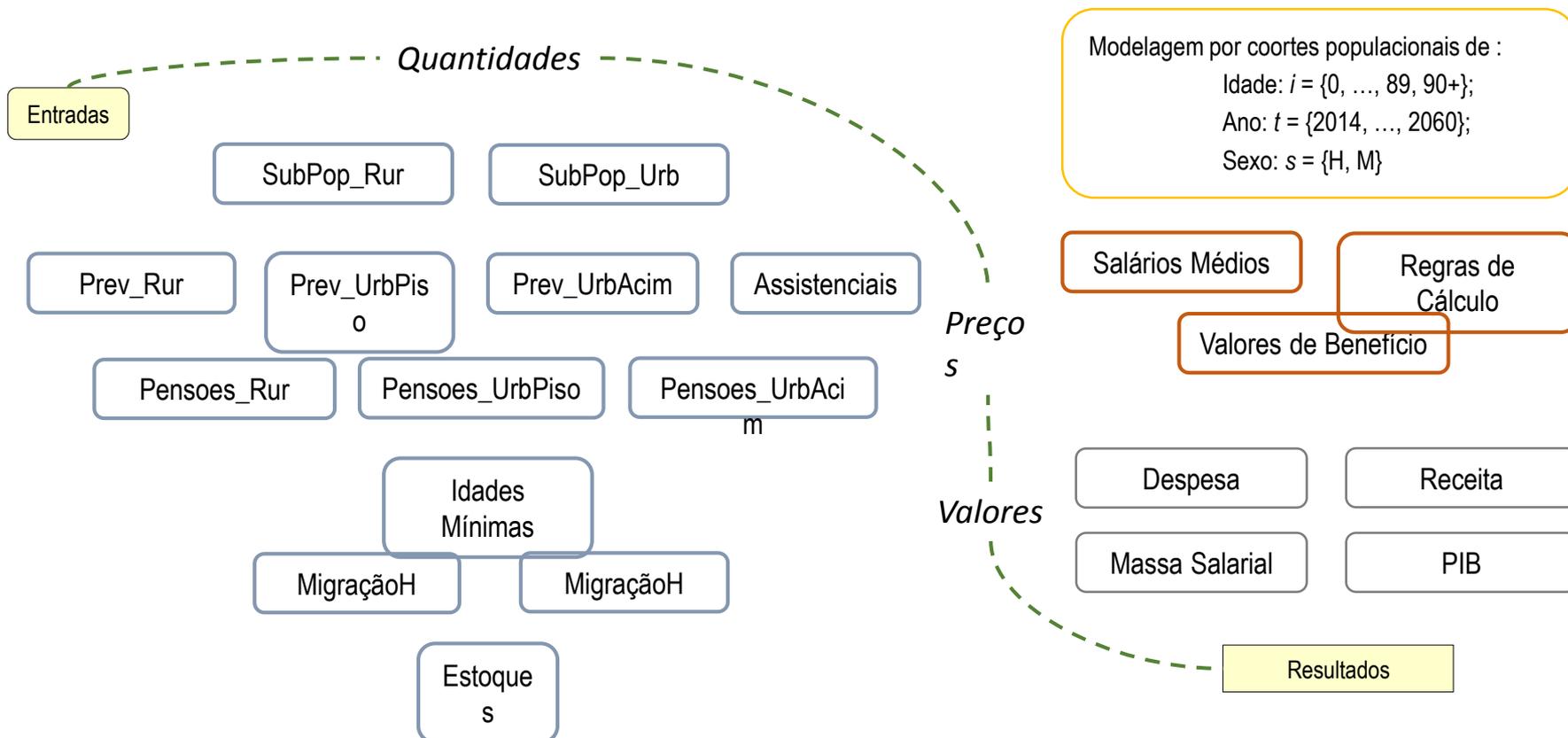
Escopo – Total de Benefícios

	<i>Modalidades</i>	<i>Clientela</i>	<i>Sexo</i>	<i>Total</i>
Previdenciários				
Aposentadorias	7	3	2	42
Auxílios	3	3	2	18
Salário Maternidade	1	3	1	3
Pensões	2	3	2	12
Assistenciais	4	1	2	8
Total de Benefícios				83

Modelagem por coortes populacionais:

- Idade: $i = \{0, \dots, 89, 90+\}$;
- Ano: $t = \{2014, \dots, 2060\}$;
- Sexo: $s = \{H, M\}$

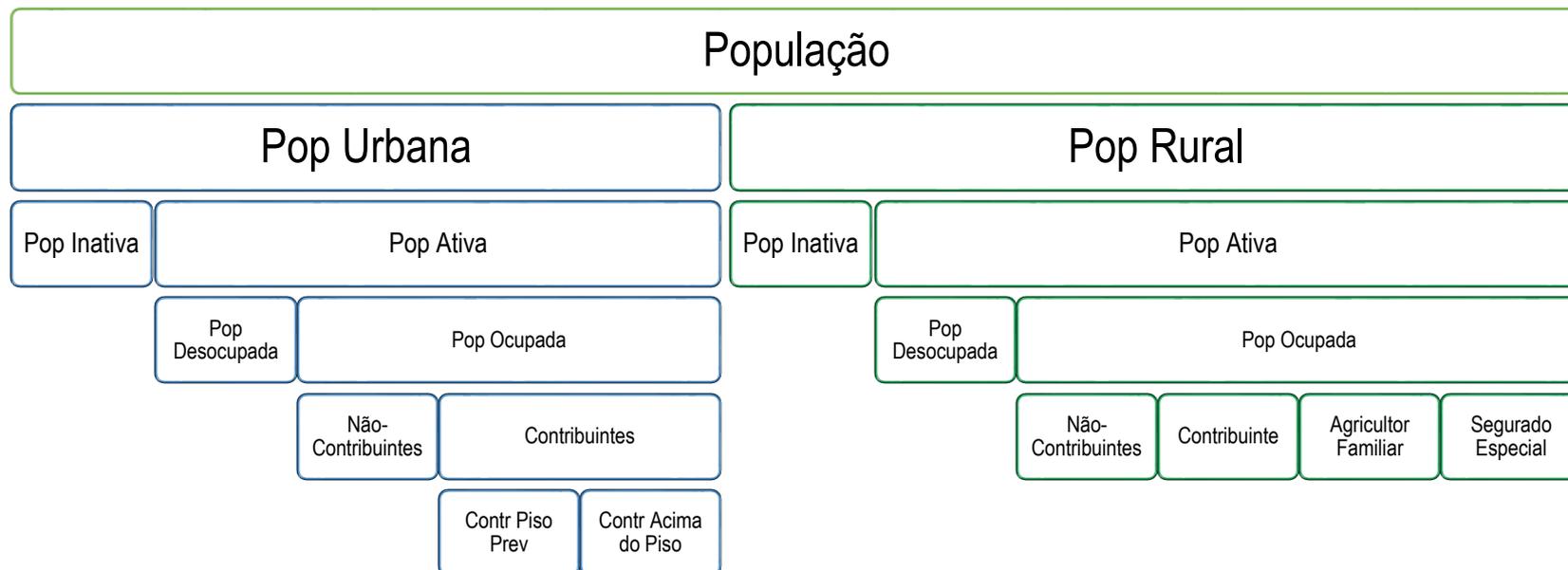
Escopo – Estrutura do Modelo



Quantidades – Mercado de trabalho

- Decomposição da população total por Clientela e por diversos subconjuntos

⇒ por meio de taxas estimadas a partir das informações da Pnad 2011-2014



► Modelo de Projeções Fiscais do RGPS: Hipóteses

Crescimento do PIB:

- Até 2022: taxa de crescimento conforme Grade de Parâmetros da SPE/ME
- Após 2023: crescimento endógeno do modelo (demografia/mercado de trabalho)

Crescimento do Salário Mínimo:

- Até 2022: crescimento conforme Grade de Parâmetros da SPE/ME (manutenção do valor real)
- Após 2023: crescimento posterior pelo PIB defasado em 2 anos

Demografia:

- Informações demográficas extraídas das projeções de matrizes populacionais do IBGE para o período de 2000 a 2060 (revisão de 2018)

Mercado de trabalho:

- Taxas de urbanização, participação e ocupação extraídas da PNAD/IBGE 2011-2014 e mantidas constante ao longo do tempo
- Crescimento real dos rendimentos médios do trabalho constante a 1,7% ao ano

Descrição completa das fontes de dados e hipóteses de projeção disponível em:

[. http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/politicas-de-previdencia-social/transparencia-nova-previdencia/](http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/politicas-de-previdencia-social/transparencia-nova-previdencia/)

Quantidades – Concessões: flexibilidade analítica

▪ Postergação de concessões

⇒ permite a modelagem da fixação ou incremento de idade mínima para acesso aos benefícios

⇒ concessão inicialmente previstas são postergadas até satisfazerem nova idade de acesso

⇒ procedimento inteiramente automatizado no modelo

Ex. aumento de idade mínima de concessão de aposentadoria por idade da mulher (60 em 2019 para 61 em 2021)

⇒ concessões previstas para aposentadoria por idade de mulheres com 60 anos passam a ser vedadas

⇒ porém, tais concessões são encavaladas no modelo e os benefícios são concedidos aos 61 anos em 2021 (não integralmente – existe desconto via taxa de mortalidade)

Quantidades – Concessões: flexibilidade analítica

▪ Módulo de Migração

⇒ permite a modelagem das estimativas de concessões futuras dos benefícios

⇒ bloqueio parcial (ou total) das concessões estimadas ao longo do tempo

Ex. aumento de carência poderia reduzir concessões futuras em 20%;

⇒ migração entre as concessões de benefícios permanentes ao longo do tempo

Ex. aumento de idade em aposentadoria poderia incentivar migração para o BPC/Loas Idoso

⇒ permite a modelagem das concessões postergadas em decorrência de mudança nas Regras de Acesso (aumento de idade ou de carência):

⇒ incremento sobre a concessão de benefícios temporários (Auxílios)

▶ Modelo de Projeções Fiscais do RPPS: Aplicações

Desenvolvido e aperfeiçoado por atuários da Secretaria de Previdência – SPREV

Arcabouço metodológico e legal:

- Assenta-se em técnicas atuariais de consenso universal, aplicadas a microdados
- Com base na determinação constitucional (art. 40 da Constituição), observância equilíbrio financeiro e atuarial, regulamentado pela Lei 9.717/1998 e Portaria MF N°464/2018

Modelo utilizado para projeções:

- Dos impactos fiscais de todas as versões da PEC 287/2016 e PEC 06/2019
 - Avaliação Atuarial oficial do RPPS da União (PLDO e RREO)
 - Monitoramento e Auditoria Atuarial dos RPPS (Estados, DF e Municípios)
-

▶ Modelo de Projeções Fiscais do RPPS: Estrutura

Modelo de Projeções Atuariais usado na avaliação de impactos de reformas previdenciárias

O Modelo Actuarial é composto pelas seguintes ferramentas:

- Base Cadastral: microdados e parâmetros para acesso aos benefícios.
- Base Técnica: regime financeiro, forma de financiamento, metodologias, premissas atuariais e etc.
- Avaliação Actuarial: processa a Base Cadastral e a Base Técnica produzindo os fluxos de receitas e despesas previdenciárias a valores reais e a valores presentes atuariais

Abrangência:

- Aposentadoria programável a conceder
- Pensão a conceder por morte do futuro aposentado (reversão)
- Aposentadoria a conceder por invalidez de servidor
- Pensão a conceder por morte do futuro aposentado inválido (reversão)
- Pensão a conceder no caso de morte do servidor
- Pensão a conceder no caso de morte do atual aposentado (reversão)

Fontes de Informação: Base de dados cadastrais de servidores, aposentados e pensionistas dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público em julho de 2018

Descrição completa do modelo disponível em:

<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/politicas-de-previdencia-social/transparencia-nova-previdencia/>

Modelo de Projeções Fiscais do RPPS: Hipóteses

Tábuas Biométricas

- Servidores: Tábua de Servidores da União – Segregada por sexo e escolaridade do cargo
- Aposentados: Tábua de Servidores da União – Segregada por sexo e escolaridade do cargo nível médio
- Pensionistas: Tábua IBGE 2016 – Segregada por sexo
- Álvaro Vindas (Taxa de Invalidez)
- Rotatividade Nula

Expectativa de Reposição de Servidores Ativos

- Considerado grupo fechado

Composição Familiar

- Utilizou a estimativa de 76,5% de servidores que deixarão pensão
- Considerado Grupo familiar de 2 beneficiários que irão receber a pensão (50% + 10% + 10% = 70%)

Taxa de Juros Real

- Utilizada taxa de 6,02% ao ano

Taxa Real do Crescimento da Remuneração por Mérito e Produtividade

- Utilizada taxa de 1,00% ao ano

Projeção de Crescimento do Benefício

- Considerado nulo

Taxa de Inflação – Fator de Determinação do Valor Real

- Considerado nulo

Idade de 1º Vínculo em um Regime de Previdência

- Adotou-se a idade hipotética de 25 anos

Comportamento de Aposentadoria

- Considerado 7 anos para os servidores em iminência de aposentadoria

Regime Financeiro

- Capitalização para todos os benefícios

Método de Financiamento

- Agregado/Ortodoxo

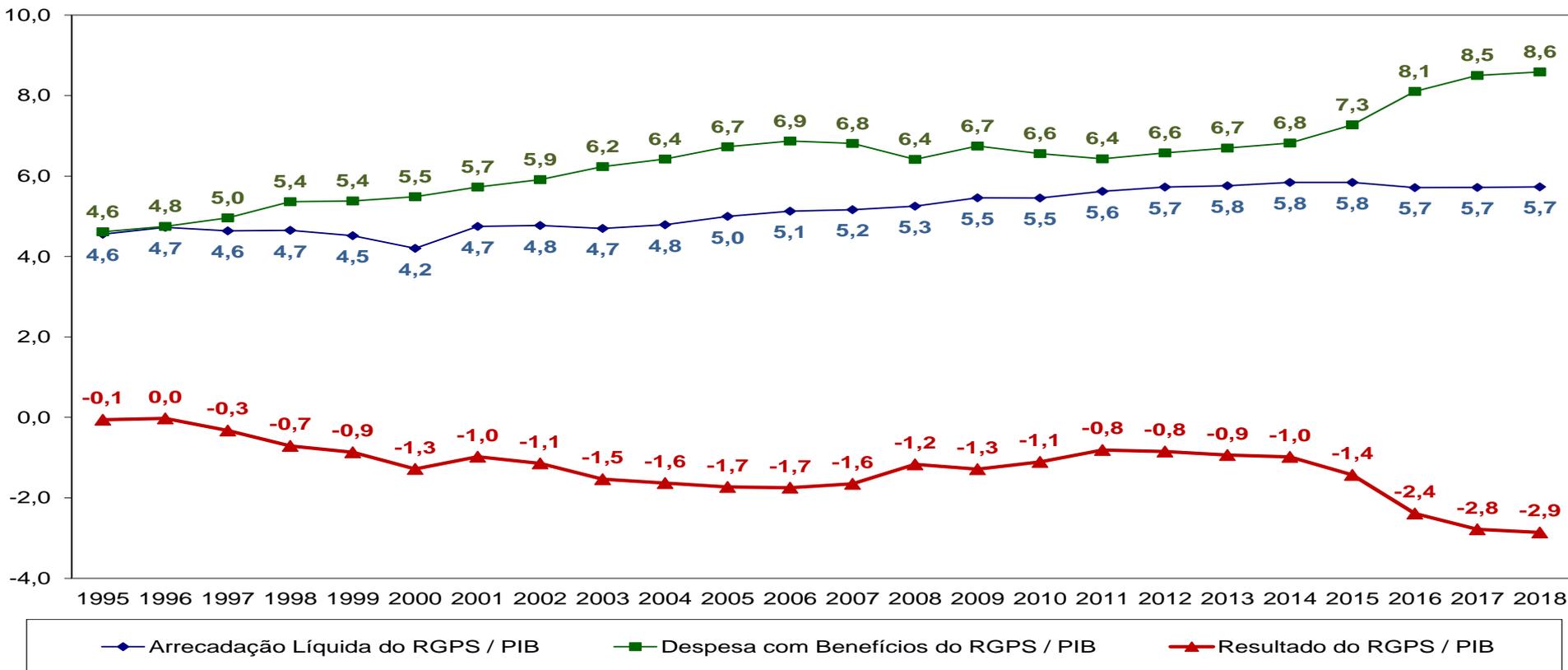
Descrição completa do modelo disponível em:

<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/politicas-de-previdencia-social/transparencia-nova-previdencia/>

Evolução dos Gastos do RGPS

Entre 1995 e 2018, a arrecadação líquida do RGPS passou de 4,6% do PIB para 5,7%. Já a despesa do RGPS passou de 4,6% do PIB para 8,6%, e o déficit do RGPS foi de 0,1% do PIB, em 1995, para 2,9%, em 2018. Nos últimos 10 anos a despesa cresceu em uma média de 5,2% ao ano.

Arrecadação Líquida, Despesa e Resultado do RGPS em relação ao PIB – 1995 a 2018



Fontes: Fluxo de Caixa do INSS. Elaboração: SPREV/ME.

Situação Financeira do Sistema Previdenciário (RGPS e RPPS), pensões militares e assistência BPC

- Todos os sistemas apresentam deficit crescentes

Categorias	Realizado 2018			Projeção 2019		
	Despesa	Receita	Deficit	Despesa	Receita	Deficit
RGPS	586,4	391,2	195,2	637,9	419,8	218,0
Urbano	462,7	381,3	81,4	502,1	409,2	92,9
Rural	123,7	9,9	113,8	135,7	10,6	125,1
RPPS União	79,9	33,4	46,5	89,6	35,7	53,9
FCDF	4,8	0,3	4,5	4,8	0,3	4,5
Forças Armadas	21,4	2,4	19,0	21,7	3,3	18,4
Total	692,5	427,3	265,2	754,0	459,1	294,9
BPC	56,2			60,2		
Despesa total	748,7			814,2		

Notas: 1 - Fonte "Realizado 2018": RGPS - Fluxo de Caixa FRGPS - SIAFI; RPPS, FCDF e Forças Armadas - RREO 6º bimestre.

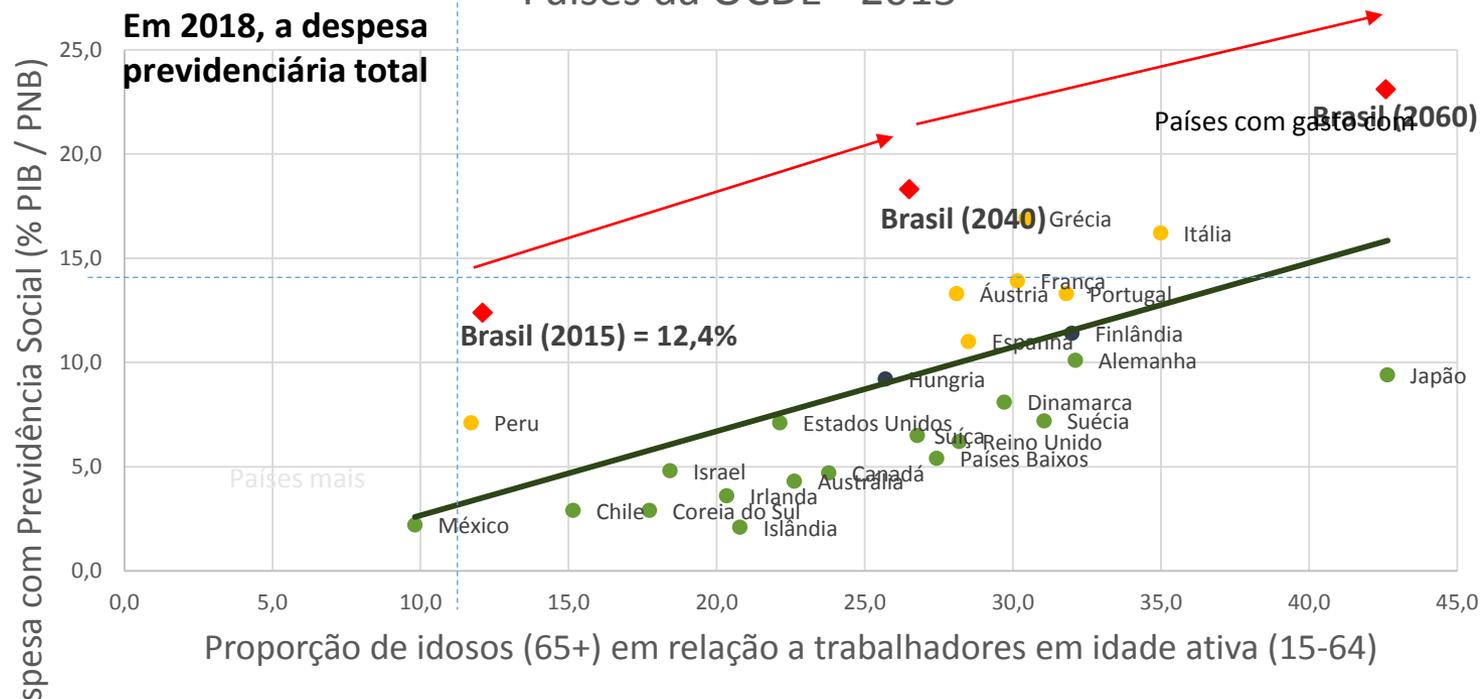
2 - Fonte "Projeção 2019": RGPS - PLOA 2019; RPPS União e Forças Armadas - PLDO 2019; FCDF - mantido "Realizado 2018".

3 - Forças Armadas: valores das pensões militares.

4 - Despesa BPC: inclui despesa com RMV.

Brasil é muito jovem para gastar tanto com Previdência

Relação entre gastos com Previdência Social e envelhecimento populacional
Países da OCDE - 2015



Resultado da Seguridade Social

TABELA 1-A - DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL (Continuação)
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 38, §4º		R\$ milhares
Seguridade Social¹		Até o Mês
Receitas da Seguridade Social		713.094.479
RGPS		395.195.090
RPPS - Civil		33.679.848
Pensionistas Militares ²		2.360.050
Demais (COFINS, CSLL e Outras)		281.859.491
Despesas da Seguridade Social		993.738.513
RGPS		589.512.727
RPPS - Civil		84.921.605
Pensionistas Militares ²		21.412.992
Saúde		116.820.887
Assistência Social		88.671.843
Abono Salarial		17.338.349
Seguro Desemprego		36.288.581
Demais		38.771.529
Resultado da Seguridade Social		-
Desvinculação das Receitas da União (DRU)		109.649.257
Resultado com Receitas Desvinculadas		- 170.994.777

Notas:

Continua (2/4)

1. As receitas são as realizadas até o mês. As despesas são as liquidadas até o mês, sendo que no final do ano serão incluídos os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados.

2. A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

RGPS: Duração Média das Pensões por Morte (Cessadas), segundo o Sexo e a Clientela - 2005 a 2015 – Em anos

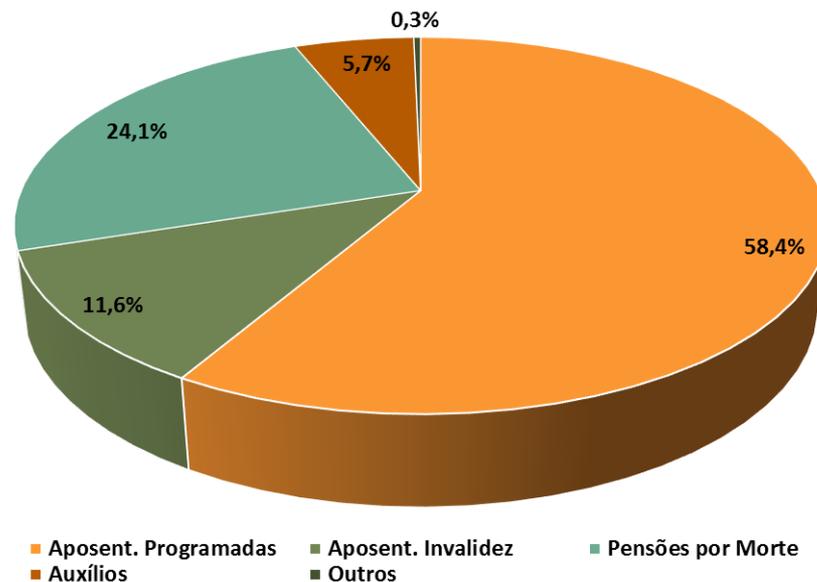
A duração média das Pensões por Morte cresceu significativamente na última década, com destaque para os benefícios direcionados à clientela rural, para a qual os ganhos na expectativa de vida tendem a ter sido mais significativos no período. Nota-se uma tendência clara de convergência por clientelas, enquanto na abertura por sexo os resultados divergem ligeiramente: entre homens e mulheres urbanas, há relativa estabilidade; entre homens e mulheres rurais, houve certo aumento da diferença entre as idades médias, em favor das seguradas.



Fonte: SUIBE/DATAPREV. Elaboração: SPREV/MECON.

Despesa com Benefícios do RGPS por Grupos de Espécie

Grupo de Espécie	Valor (R\$ mi)	% sobre Total
Aposent. Programadas	333.654,0	58,4
Aposent. Invalidez	66.234,6	11,6
Pensões por Morte	137.495,2	24,1
Auxílios	32.436,8	5,7
Outros	1.883,0	0,3
Total	571.703,6	100,0



Fonte: INSS/Síntese-web, fluxo de caixa do FRGPS. Elaboração: CGEDA/SRGPS/SPREV/SEPRT-ME

Impactos Fiscais da PEC 06/2019

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



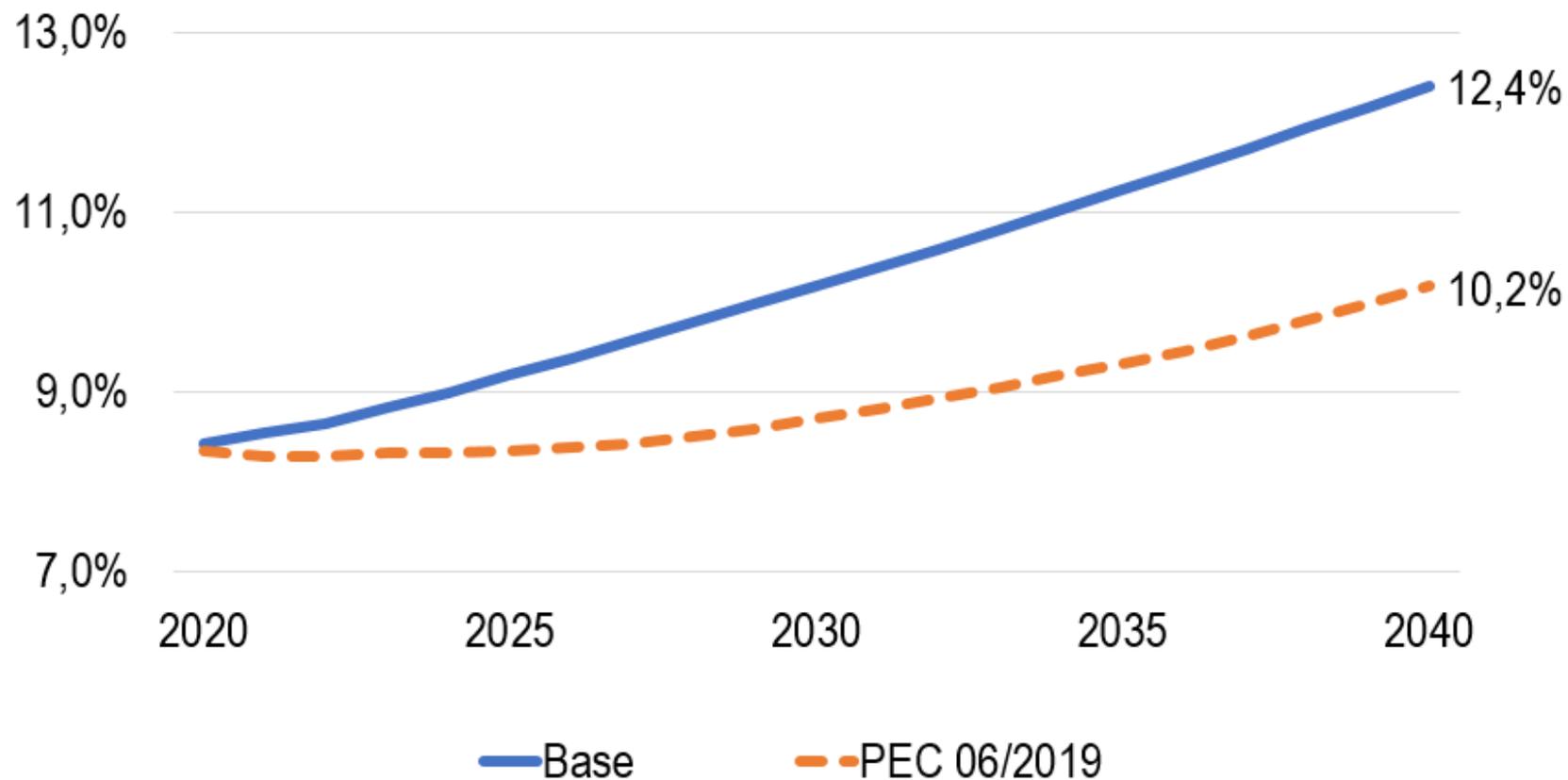
PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Impacto do Substitutivo aprovado pelo Senado (em R\$ bilhões)

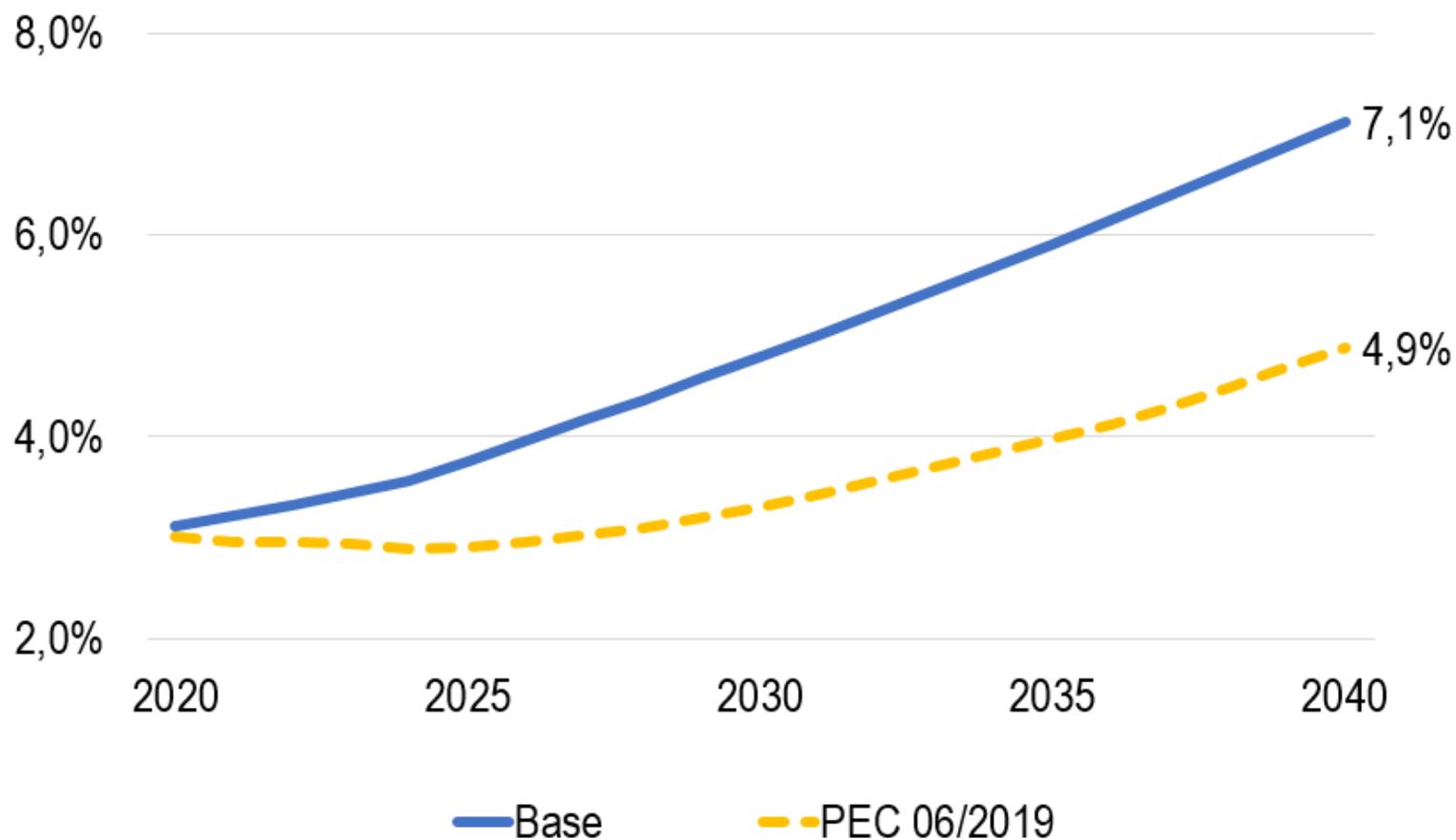
Economia com a Nova Previdência (SBT PEC 06/2019): em R\$ bilhões de 2019

DECOMPOSIÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	10 anos
RGPS (Total)	3,6	16,2	25,5	37,2	52,8	68,3	83,3	97,8	111,6	124,9	621,3
Aposentadoria por Idade	1,7	4,0	6,6	9,4	10,9	12,4	14,0	15,6	17,2	18,8	110,7
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	3,5	10,5	14,0	19,5	30,3	41,1	51,1	60,9	69,6	77,9	378,5
Aposentadoria por Invalidez	0,9	2,4	3,9	5,5	7,0	8,6	10,2	11,8	13,4	15,0	78,7
Pensão por Morte	1,0	2,9	4,9	6,9	8,9	11,0	13,1	15,3	17,4	19,6	101,1
Outros	-1,0	-0,9	-1,1	-1,3	-1,5	-1,7	-2,0	-2,5	-2,8	-3,1	-18,0
Novas Aliquotas de Contribuição	-2,5	-2,6	-2,7	-2,7	-2,8	-2,9	-2,9	-3,0	-3,1	-3,2	-28,4
IRPF (RGPS)	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-1,2						
RPPS União (Total)	4,8	8,2	11,4	13,9	17,3	19,7	22,0	19,7	21,1	21,6	159,8
Novas Regras de Benefícios (receita e despesa)	1,5	4,2	6,8	8,7	11,4	13,3	15,2	13,2	14,3	14,5	103,2
Novas Aliquotas de Contribuição	3,2	3,0	2,8	2,8	2,6	2,5	2,2	2,4	2,2	2,2	25,7
IRPF (RPPS)	-0,5	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-3,8
Subtotal	8,4	24,4	36,9	51,1	70,1	88,0	105,3	117,5	132,7	146,5	781,1
CSLL (adicional de 5% para instituições financeiras)	1,6	1,6	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8	1,9	1,9	2,0	19,2
TOTAL GERAL	10,0	26,0	38,5	52,8	71,8	89,8	107,1	119,4	134,6	148,5	800,3

Regime Geral de Previdência Social – RGPS: evolução da despesa em percentual do PIB até 2040



Regime Geral de Previdência Social – RGPS: evolução do déficit em percentual do PIB até 2040



Impacto per capita da PEC 06/2019 – Substitutivo da CCJ



TRABALHADORES
NO REGIME GERAL

QUANTOS SÃO
71,3 MILHÕES

ECONOMIA (10 ANOS)
R\$ 621,3 BILHÕES

ECONOMIA POR INDIVÍDUO
R\$ 8,7 MIL



SERVIDORES
FEDERAIS

QUANTOS SÃO
1,4 MILHÃO

ECONOMIA (10 ANOS)
R\$ 159,8 BILHÕES

ECONOMIA POR INDIVÍDUO
R\$ 114,1 MIL

RGPS

Aposentadoria por Idade

QUANTOS SÃO
35,8%*

ECONOMIA (10 ANOS)
R\$ 110,7 BILHÕES

ECONOMIA POR INDIVÍDUO
R\$ 4,3 MIL

RGPS

Aposentadoria por Tempo de Contribuição

QUANTOS SÃO
20,8%*

ECONOMIA (10 ANOS)
R\$ 378,5 BILHÕES

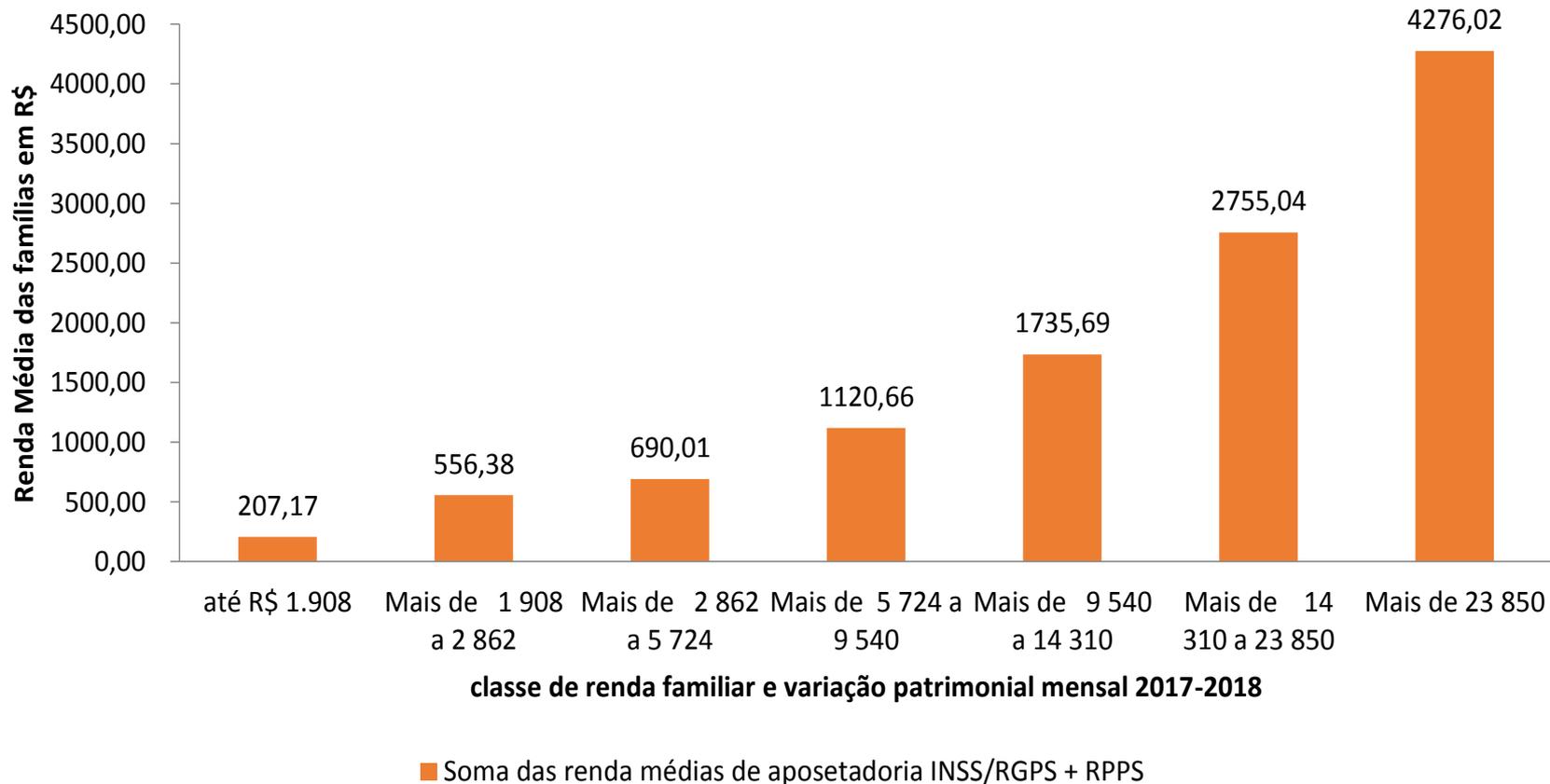
ECONOMIA POR INDIVÍDUO
R\$ 25,5 MIL

* Percentual atual de benefícios do RGPS

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES – POF/IBGE

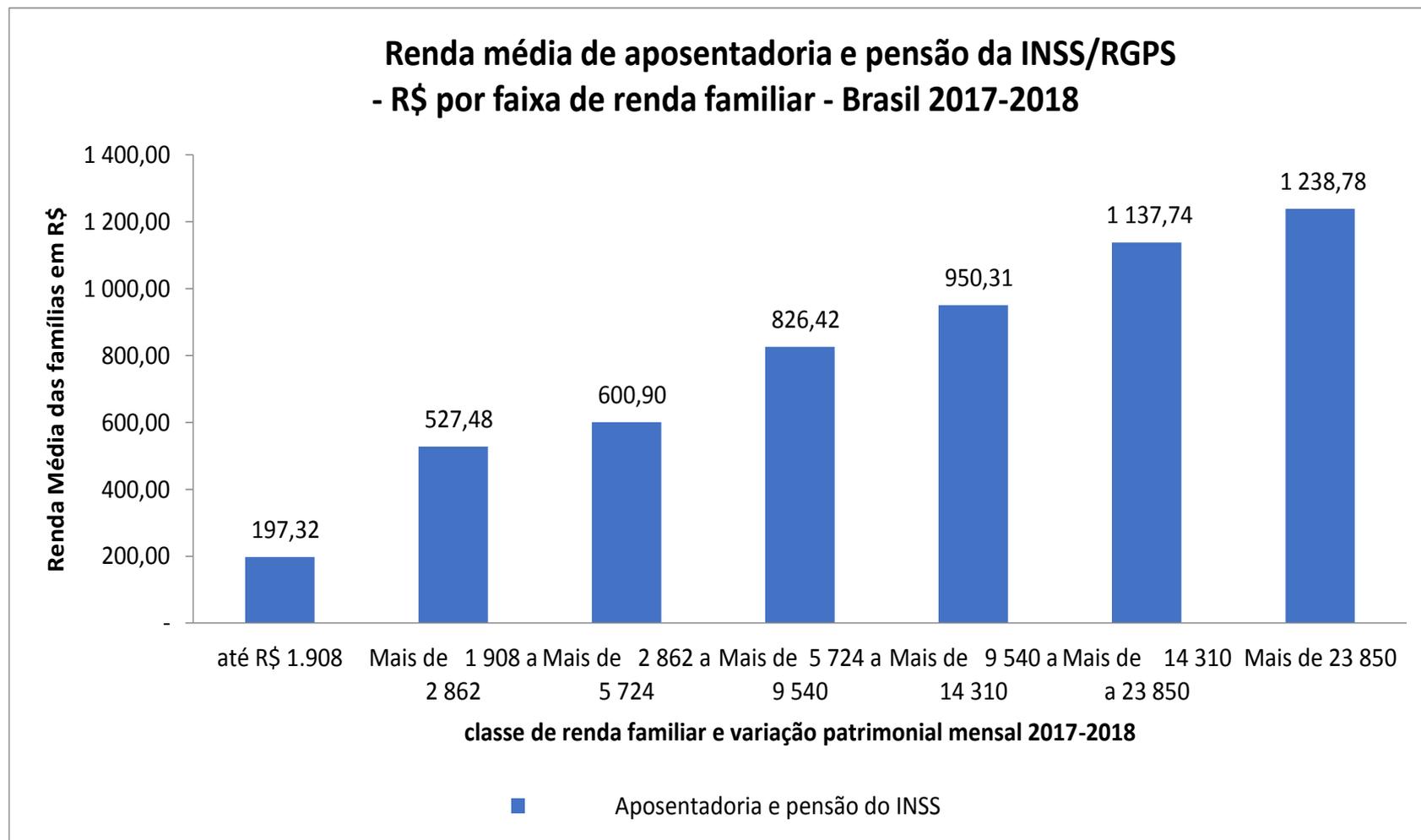
A renda média previdenciária (RGPS/INSS + RPPS) das famílias mais ricas (mais de R\$ 23.850 por mês) foi 20,6 vezes superior a das mais pobres (R\$ 1.908).

Renda média de aposentadoria e pensão da INSS/RGPS + RPPS - R\$ por faixa de renda familiar - Brasil 2017-2018



PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES – POF/IBGE

A renda média previdenciária dos RGPS/INSS das famílias mais ricas (mais de R\$ 23.850 por mês) foi 6,3 vezes superior a das mais pobres (R\$ 1.908).



Observatório da Previdência: Transparência e Construção conjunta com a sociedade

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



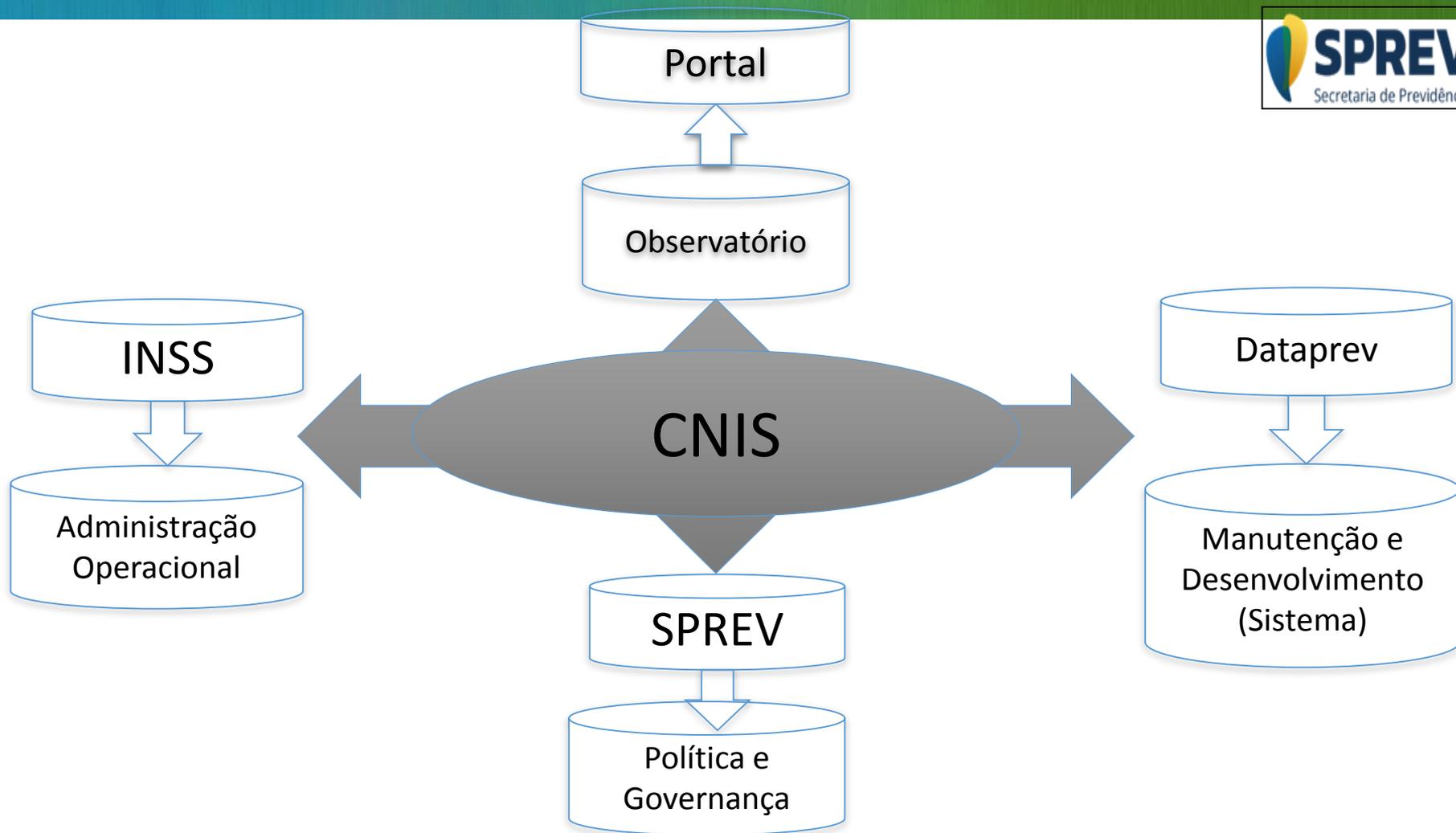
PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Fomentar Pesquisas

- Realização de chamadas públicas para apresentação de pesquisa e projetos de temas específicos
- Seleção de pesquisas que possam ser adaptadas a implantação ou operacionalização das políticas públicas que envolvam Previdência ou que usem como base o CNIS
- Propor Grupos de Trabalhos Temáticos com pesquisadores que contribuíram nos temas escolhidos
- Desenvolver propostas de evolução ou nova política pública
- Apresentar os resultados aos operadores da política



Observatório da Previdência



Disponibilização para a comunidade



CNIS
Anonimizado



Pesquisa



Sítio para download
(amostra)





Secretaria de Previdência

- propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança do CNIS;
- definir a política de compartilhamento dos dados e informações constantes no CNIS, ou dados por ele incorporados,
- Coordenar os grupos de trabalhos temáticos, baseados em pesquisas apresentadas, com o intuito de promover o debate e a propositura da evolução de políticas previdenciárias e outras que utilizem o CNIS como referência

Resultados esperados

- Monitoramento, avaliação e transparência das políticas públicas e dos programas sociais;
- Melhoramento na gestão e precisão de programas de governo;
- Sofisticação dos mecanismos decisórios;
- Identificação de:
 - Impacto no orçamento público;
 - Impacto no mercado de trabalho;
 - Impacto na distribuição e na transferência de renda;
 - Características de grupos e regiões;
 - Mudanças demográficas e econômicas;
 - Padrões comportamentais;
 - Eventos de risco ao longo do ciclo de vida;
 - Possíveis fraudes na operação.

Observatório da Previdência

- **PORTARIA SPREV Nº 31, DE 16 DE AGOSTO DE 2019:** Instituir Grupo de Trabalho com o objetivo de avaliar o modelo de projeções atuariais do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores civis da União, receber e analisar estudos e sugestões formuladas por pesquisadores e elaborar propostas para o seu aperfeiçoamento.
- **PORTARIA SPREV Nº 32, DE 16 DE AGOSTO DE 2019:** Instituir Grupo de Trabalho com o objetivo de avaliar modelo de projeções fiscais do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, receber e analisar estudos e sugestões formuladas por pesquisadores e elaborar propostas para o seu aperfeiçoamento.
- Instituições participantes:
 - Ministério da Economia;
 - FIPE e FIA da USP;
 - PUC-Rio;
 - FGV/IBRE;
 - IPEA;
 - Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados;
 - Consultoria Legislativa do Senado Federal;
 - Instituição Fiscal Independente do Senado Federal (IFI);
 - ANFIP; e
 - Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES: Avaliação geral do modelo Grupo de Trabalho com o objetivo de avaliar modelo de projeções fiscais do RGPS

O Grupo de Trabalho concluiu que o modelo utilizado pela SPREV é adequado.

Primeiramente, o modelo segue arcabouço metodológico alinhado àquele adotado internacionalmente por organismos internacionais como Banco Mundial, OIT e BID, com adaptações à legislação e complexidade das regras dos benefícios previdenciários existentes no âmbito do RGPS.

Em segundo lugar, ainda que não utilize dados individualizados, as projeções por coortes populacionais de idade e sexo ao longo do tempo permitem uma avaliação robusta do comportamento fiscal do RGPS nas próximas décadas, uma vez que utiliza informações demográficas de fontes oficiais (IBGE) e adota premissas defensáveis sobre o comportamento do mercado de trabalho para as projeções.

Em terceiro lugar, o modelo possui flexibilidade e escopo que permitem a realização de projeções de quantidades (concessões, cessações e estoques) e de despesas desagregadas para uma ampla gama de benefícios urbanos e rurais (aposentadorias, em todas suas modalidades, pensões por morte, auxílios, salário-maternidade).

Todavia, o modelo é passível de aprimoramento, sendo necessários alguns ajustes de acordo com as recomendações descritas a seguir.

Críticas relacionadas ao arcabouço metodológico

- C.1. A versão atual do modelo pode ser aperfeiçoada para capturar o efeito do “encavalamento” das faixas de renda dos estoques de benefícios, sendo tal aspecto importante de ser incorporado para analisar a evolução da situação financeira do RGPS em diferentes cenários da evolução do valor real do salário mínimo;
- C.2. As projeções de receita podem ser realizadas de forma mais desagregada;
- C.3. Necessidade de revisar periodicamente os principais parâmetros nas projeções de pensão por morte (duração da pensão, diferencial de idades entre cônjuges);
- C.4. Premissa de taxa de urbanização constante pode ser aprimorada, tendo em vista o comportamento da divisão das concessões entre setor urbano e rural;
- C.5. Projeção das concessões futuras de BPC/Loas assume, implicitamente, manutenção da taxa de pobreza ao longo do tempo; e
- C.6. Projeção dos salários iguais ao SM (crescimento real via PIB defasado em 2 anos) e superiores ao SM (crescimento via produtividade do trabalho) separadamente pode resultar em crescimento inadequado dos salários totais (iguais e superiores ao SM).

Recomendações de aprimoramento do modelo

- R.1 Inserir programação que permita o “encavalamento” das faixas de renda ao longo do tempo;
- R.2. Desagregar (detalhar) as projeções de receita;
- R.3. Revisar periodicamente os principais parâmetros nas projeções de pensão por morte (duração da pensão, diferença de idades entre cônjuges, entre outros);
- R.4. Premissa adotada para crescimento da taxa de urbanização poderia ser aperfeiçoada;
- R.5. Parametrizar a taxa de pobreza dos idosos para as projeções das concessões futuras de BPC/Loas. Uma possibilidade seria a utilização do nível de escolaridade familiar como uma proxy para pobreza; e
- R.6. Aprimorar a relação entre projeção dos rendimentos do trabalho iguais ao SM e superiores ao SM. Uma possibilidade seria tornar endógeno o crescimento dos rendimentos maiores que SM, de maneira que os rendimentos totais (iguais ao SM e maiores que o SM) cresçam à produtividade do trabalho.

Outras sugestões

- S.1. Ampliação do horizonte temporal do modelo de até 2060 para 2100. Uma alternativa seria a utilização de projeções populacionais publicadas pela ONU (contudo, esta trabalha com grupos etários e não com idades individualizadas).
- S.2. Promover maior transparência em relação às projeções fiscais elaboradas no âmbito o Governo Federal. Nesse sentido, sugere-se:
 - Ampliação do conjunto de informações publicadas no Anexo do PLDO:
 - quantidades de benefícios/clientela/sexo; e
 - despesa por benefício/clientela/sexo.
- S.3. Publicar um Relatório, periódico, com o detalhamento das projeções do RGPS, visando aumentar a transparência das informações à sociedade:
 - projeções de quantidades e de despesa por clientela e benefício;
 - sensibilidade das projeções sob diferentes premissas (urbanização, ocupação, formalização, produtividade do trabalho, concessões e cessações de benefícios, pobreza); e
 - sensibilidade das projeções sob diferentes cenários macroeconômicos (por exemplo: PIB e SM).
- S.4. Verificar a possibilidade de maior/melhor utilização das informações contidas no CNIS como insumos para o aprimoramento do modelo de projeção fiscal, principalmente na incorporação explícita do parâmetro tempo de contribuição, além de auxiliar na definição de demais premissas adotadas e parâmetros estimados pelo modelo. Essa maior/melhor utilização do CNIS, em um prazo maior, pode viabilizar a criação de modelo baseado em microsimulação e avanços na direção de uma possível avaliação atuarial do RGPS, de forma consistente com o RPPS.

Cronograma para Implementação das Recomendações e Sugestões

Críticas	Recomendações	Data para Implementação
C.1	R.1	09/2020
C.2	R.2	12/2020
C.3	R.3	12/2020
C.4	R.4	04/2020
C.5	R.5	04/2020
C.6	R.6	06/2020
—	S.1	06/2020
—	S.2	04/2020
—	S.3	12/2020
—	S.4	12/2020